



INFORMATIVO

Publicação da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil

Fundada em 01 / 12 / 1998

Sede: Av. Rio Branco, 185 / 611 e 612 - CEP 20040-007

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tels: (21) 2232-7561 / 2509-0347

aapbb@aapbb.org.br - www.aapbb.org.br

Ano VII - Nº 91 - Janeiro/Junho de 2016

Edição
Especial



Índice

AAPBB Promove Simpósio
Pág. 01

Simpósio AAPBB
Pág. 03 / 04

Equilíbrio do Plano
Pág. 05

Radiografia da PREVI
Pág. 06

Planos de Benefícios
Fechados: + agressivos ou
+ conservadores?
Págs. 07 / 08

Fundos de Pensão no
Simpósio da AAPBB
Pág. 09

Contrato de Adesão: Ato
Jurídico Perfeito e Direito
Adquirido

Encarte

AAPBB Promove Simpósio

Lago Neto

Em 12 e 13 de abril de 2016, a AAPBB promoveu, no Auditório do Clube de Aeronáutica, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Simpósio sobre Fundos de Previdência Complementar Fechada e Planos de Saúde no Brasil, com palestras de Ruy Brito (Pres. da AAPBB e ex-Presidente da CONTEC), Isa Musa (Pres. da FAABB), Antonio José de Carvalho (Cons. da PREVI), Ronaldo Tedesco (Cons. da PETROS), José Roberto Ferreira (Diretor-Superint. da PREVIC), Antonio Augusto de Miranda e Souza (Diretor de Adm. da FUNCEF), Luiz Alberto Menezes Barreto (Pres. da ADCAP-POSTALIS), Williams Francisco da Silva (Cons. da PREVI), Mário Tavares (ex-Auditor do BB), Tânia Kadima (médica aposentada do BB e Diretora-Executiva da Mútua dos Magistrados do Rio de Janeiro), André Mascarenhas (aposentado do BB e responsável pelo Grupo *CASSI e PREVI São Nossas!). O Dr. Sérgio de Andréa Ferreira (Desembargador Federal aposentado), em palestra, abordou, magistralmente, o tema "Contrato de Adesão: Ato Jurídico Perfeito e Direito Adquirido". O Simpósio teve o patrocínio da UNAMIBB e do Supremo Conselho do Brasil do Grau 33 e contou, ainda, com a valiosa colaboração do Clube de Aeronáutica, que cedeu gratuitamente seu auditório. Tivemos o apoio da ABD, ABF, ADESG, CEBRES, SCRM e do Jornal Monitor Mercantil e Vila em Foco bem como a excelente divulgação dada pelo colega Adaí Rosembak, através de seu blog adaírosembak.blogspot.com. O simpósio foi constituído de treze exposições com a participação de 12 conferencistas, pois o Presidente da AAPBB, Ruy Brito, em duas atuações como palestrante, abordou o histórico do INSS, IAPB e assemelhados, PREVI e aspectos da atual conjuntura e suas implicações na PREVI e na CASSI. O evento foi coordenado por Marcos Coimbra (VP de Desenvolvimento) e João Carlos Pereira do Lago Neto (VP Adjunto de Desenvolvimento) da Associação.



Mesa e Participantes do Simpósio



Colega: Nas futuras eleições, diante da dificuldade de união em torno de nomes – embora respeitáveis – vamos buscar a união em torno de ideias.

Simpósio Busca Entendimento

Vivemos, seguramente, alguns dos anos mais difíceis de nossas instituições. Patrocinador e seus funcionários (Ativos e Aposentados) buscam entendimento em torno de assuntos que, infelizmente, persistem insolúveis. E pior: com o passar do tempo, os problemas se agravam, porque os recursos escasseiam, os planos se inviabilizam e o diálogo almejado se transforma em intransigência - de um lado - e numa sensação de impotência e fragilidade - de outro. Não obstante esse quadro - e talvez por isso - a AAPBB buscou apoio e motivação no Simpósio de abril último, com a participação de analistas de alto nível, que se dispuseram, com isenção, a oferecer um conjunto de medidas oportunas para vencer o impasse nos entendimentos BB/PREVI/CASSI/Funcionários Ativos e Aposentados. É o que ora divulgamos, em nosso Informativo - de forma sucinta - ou no site - mais detalhada e precisamente.



Personalidades Presentes

Aguardamos seu Contato

Somos indagados por associados, que buscam saber mais sobre a Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (AAPBB). Pois, como temos divulgado, seguidamente, nosso site (www.aapbb.org.br) está habilitado a fornecer-lhes toda história da instituição, compromissos assumidos e sua linha de atuação. Visite-nos. Estamos na Av. Rio Branco, 185 salas 611 e 612, bem no Centro do Rio de Janeiro.



Nosso novo Vice-Presidente de Desenvolvimento, Marcos Coimbra, tomou posse no BB na Ag. Centro de Curitiba e trabalhou na CASSI, Medic, DESED e DEASP e seu curriculum revela que ele é economista com pós-graduação; foi Diretor do Curso de Economia das Faculdades Bennett e

Chefe de Departamento na UERJ; lecionou em vários estabelecimentos conceituados e assessorou parlamentares. Na ESG, foi conselheiro e chefiou a Divisão de Economia. Pertence à Academia Brasileira de Defesa, escreveu o livro "Brasil Soberano" e reúne várias medalhas e condecorações. Enfim, eis um rápido resumo da brilhante trajetória de Marcos Coimbra, que ora chega para nos ajudar.

João Carlos Pereira do Lago Neto é jornalista (curso incompleto na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, hoje UERJ, mas com registro no Ministério do Trabalho). Economista e contador, tomou posse no BB em 1964, na Administração do Edifício Itaboraí - ITABO e participou, posteriormente, da COCCA - Comissão de Construção do Centro Administrativo do Andaraí. Trabalhou no CESEC-Andaraí e Senador Dantas-SEDAN, onde foi Presidente da CIPA, e no DEPIM/XIIIR. Organizou, administrativamente, a então recém-criada Divisão de Administração de Edifícios do Rio de Janeiro e aposentou em 1994.

Lago Neto é, agora, nosso Vice-Presidente - Adjunto de Desenvolvimento.



Simpósio AAPBB

Ronaldo Tedesco

Agenda:

Comparativo entre Previ, Petros e Valia
Legislação CVM 3792/2009
Legislação PREVIC

“Comparativo entre a Previ, Petros e Valia – Alguns parâmetros”

- Comparação Previ-Petros-Valia (rentabilidade nos últimos 10 anos)

	Previ	Petros	Valia
2006	35,01%	18,58%	19,37%
2007	37,27%	24,09%	23,76%
2008	-11,49%	2,20%	0,19%
2009	28,25%	18,74%	24,52%
2010	12,37%	16,65%	18,30%
2011	7,70%	1,76%	10,59%
2012	12,62%	15,66%	19,29%
2013	7,30%	-0,19%	3,86%
2014	2,55%	5,00%	9,76%
2015	-2,53%	-1,12% *	11,37%

Petros – novembro de
2015

Previ – Plano 1 31/12/2015

Valia - 31/12/2015

- Comparação Previ-Petros-Valia (por segmento de investimento)

	Previ	Petros	Valia
Renda Fixa	40,70%	49,43%	79,28%
Renda Variável	48,09%	33,51%	5,13%
Investimentos Estruturados	0,50%	6,05%	3,15%
Investimentos no Exterior	0,08%	0,00%	0,58%
Investimentos Imobiliários	6,70%	7,24%	6,48%
Operações com Participantes	3,93%	3,77%	5,38%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

*Previ = 31/12/2015 (Plano 1)

Petros = nov/2015

Valia = 31/12/2015

- Legislação CVM 3792/2009

I – Redefinição dos limites máximos de exposição, da proporção de recursos dos planos administrados pelas EFPC, cuja atual classificação, em ordem decrescente de risco é a seguinte:

- 8% para investimentos imobiliários
- 10% para investimentos no exterior
- 15% para operações com participantes
- 20% para investimentos estruturados
- 70% para investimentos em renda variável

- 80% para investimentos em renda fixa
- 100% para investimentos em títulos públicos

1.1 – Entendemos que há fundamentos técnicos para respaldar que a classificação de risco seja encabeçada pelo segmento de investimentos estruturados, bem como uma revisão geral dos demais limites, à exceção da alocação em títulos públicos, que deve ser preservada.

2 – Ampliar as restrições atualmente existentes para operações entre as EFPC e suas respectivas patrocinadoras, cujas vedações são atualmente as seguintes:

Limite de alocação, por emissor, de até 10% dos recursos dos planos, se o emissor for patrocinador do plano de benefícios (art. 41, inciso III, letra “e”);

Realização de operações de crédito com suas patrocinadoras (art. 53, inciso III).

2.1 – Segundo o IOPS – International Organisation of Pension Supervisors, entidade apoiada pela OCDE – Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico, na última edição de seu guia de boas práticas para regulação da gestão de investimentos, recomenda a simples vedação, ou, alternativamente, limitação a níveis prudentes de exposição, por visualizar intrínseca situação de conflito de interesse envolvida em propostas de investimentos dessa natureza.

3 – Ampliar as restrições atualmente existentes à exposição ao risco de incorporação, nos investimentos das EFPC, cuja redação evidencia considerável ambiguidade sobre o tema:

Vedação às EFPC atuarem como incorporadora, de forma direta, indireta ou por meio de fundo de investimento imobiliário (art. 53, inciso XIII);

Essa vedação é excepcionalizada pelo parágrafo 1o. do mesmo artigo, possibilitando essa exposição por meio de FI ou FIC de dívida externa, FIDC (direitos creditórios), FIP (participações), FICFIP e FMIEE (empresas emergentes)

3.1 – Entendemos que o princípio contido no artigo é o de proteger os investimentos das EFPC ao risco de incorporação, e conseqüentemente, não pode ser flexibilizado pelas exceções acima citadas.

4.1 – Vedação à aplicação de recursos em fundos de investimentos em participações denominados “proprietários”, ou

seja, que possuem uma única empresa como “alvo” de investimento, por incorrer em burla ao princípio de vedação à aplicação de recursos em empresas de capital fechado.

4.1.1 – Ademais, a própria exigência legal da prévia disponibilização, em seu regulamento, da respectiva política de investimento dos fundos de private equity, conforme estabelecido no artigo 6o, inciso III, da Instrução CVM 391/2003, que regulamenta esse tipo de aplicação, demonstra que por princípio, esses fundos atuam, ainda que setorialmente, na diversificação de investimentos em empresas.

4.2 – Vedação à operações de investimento que resultem em dupla ou tripla exposição das EFPC às empresas emissoras, ocasionando situações de concomitante exposição como acionista direto, indireto (via fundo de investimento) e/ou credor (debenturista ou equivalente), tendo em vista que tais situações, além de potencialmente conflituosas, podem configurar de mera burla, legalmente prevista, à determinados limites já previstos na referida Resolução, mas de maneira isolada:

– Legislação PREVIC

a) INSTRUÇÃO PREVIC Nº 20, DE 20 DE MARÇO DE 2015

- CLASSIFICAÇÃO DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

- as EFPCs devem ter suas demonstrações contábeis apreciadas antes de sua principal patrocinadora (em especial as estatais)

b) PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Caso Litel (Previ/Funcef/Petros)

- as EFPC precisam ser orientadas a ter a mesma metodologia de precificação nos ativos comuns

PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS: Caso Litel (Previ/Funcef/Petros)

São três fundos de investimentos:

- Carteira Ativa I
- Carteira Ativa II
- Carteira Ativa III

Todos os três cada um com uma precificação diferenciada.

Para a PREVI o problema é ainda maior por que houve distribuição de su-

- Comparação Planos BD - distribuição por segmento de investimentos – por Fundação)

IX. ALOCAÇÃO DA CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE

*Previ = 31/12/2015 (Plano 1)
Petros = nov/2015
Valia = 31/12/2015

Segmento	Benefício Definido		Petros	Previ	Valia
	R\$ milhões	% Modalidade			
Renda Fixa	285.234	60,6%	49,43%	40,70%	79,28%
Renda Variável	126.318	26,9%	33,51%	48,09%	5,13%
Investimentos Estruturados	15.036	3,2%	6,05%	0,50%	3,15%
Imóveis	28.833	6,1%	7,24%	6,70%	6,48%
Operações Com Participantes	13.285	2,8%	3,77%	3,93%	5,38%
Outros	1.646	0,3%	0,00%	0,08%	0,58%
Total	470.351	100,0%	100,00%	100,00%	100,00%

* São considerados os investimentos dos Planos Previdenciais.

perávit em 2011 (participantes, assistidos e patrocinador) com uma precificação que talvez possa ter sido superestimada e gerou repasse indevido de recursos financeiros que agora fazem falta ao plano

Risco de exposição ao patrocinador

Exemplo: Petros

- Ações da Petrobrás
- Imóveis alugados para a Petrobrás
- Aplicações em empresas que prestam serviço a Petrobrás
- Participação em Fundos de Investimentos em Participações com a Petrobrás como sócia (ex.: FIP- Sondas /Sete Brasil)
- Demonstrações contábeis da Petros após a aprovação das Demonstrações Contábeis da Petrobrás
- Contratos de fornecimento de informações, crachás, convênios etc.
- Participação em investimentos estruturados orientados pelo Governo (Usina Belo Monte etc.)

Risco de exposição ao patrocinador

Exemplo: Funcef

- Participação em Fundos de Investimentos em Participações com a CEF como gestora/administradora (ex.: FIP- Sondas /Sete Brasil)
- Demonstrações contábeis da Funcef após a aprovação das Demonstrações Contábeis da CEF
- Contratos de fornecimento de informações, crachás, convênios etc.
- Participação em investimentos estruturados orientados pelo Governo (Usina Belo Monte etc.)

– FIDEF

O Fórum Independente em Defesa

dos Fundos de Pensão – FIDEF, constituído em NOV 2014, congrega representantes eleitos para Diretoria e Conselhos Deliberativo e Fiscal das seguintes Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC):

- FAPES (pessoal do BNDES)
- FUNCEF (pessoal da Caixa Econômica Federal – CEF)
- PETROS (pessoal da Petrobrás)
- PREVI (pessoal do Banco do Brasil – BB)
- POSTALIS (pessoal da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT)
- REAL GRANDEZA (pessoal de Furnas)

Estamos nos reunindo com a PREVI, CVM, Ministério da Fazenda etc. A proposta é tentar aperfeiçoar os normativos que tratam dos fundos de pensão de forma coordenada.

– FIDEF

Foi encaminhado, aos gabinetes dos deputados Efraim Filho e Sérgio Souza, respectivamente Presidente e Relator da CPI dos Fundos de Pensão, o arrazoado abaixo que registra as considerações feitas por membros do FIDEF na reunião ocorrida na Câmara dos Deputados no último dia 05/04, em sessão pública promovida pelo Deputado Sergio Souza, para colher as sugestões finais ao relatório da Comissão.

O conjunto de proposições alcança 5 temas, a saber: Investimentos, Governança/Regulação, Transparência, Política de Consequência e Contencioso, sendo subdivididas entre alterações legais, a cargo do Poder Legislativo, e recomendações ao Poder Executivo, em suas diferentes instâncias, que estão detalhadas no Blog: www.conselhopetros.blogspot.com

Equilíbrio do Plano

Isa Musa

Os estudos que apresentamos com vistas a sustentabilidade da CASSI naturalmente não exaurem toda a matéria. Apresentamos planilhas com históricos da inflação de saúde, historiaríamos os aumentos salariais tanto do pessoal ativo quanto dos aposentados e pensionistas, projetamos esses dados e calculamos o quanto de contribuição seria necessário para fazer face a essas duas variáveis: inflação da saúde e reajuste de salários e benefícios. Evidentemente a equação é perversa: dificilmente contribuições atreladas a reajustes que sequer acompanham a inflação médica poderão manter o equilíbrio de qualquer plano.

20 anos depois, continuamos com o mesmo comprometimento de nossa renda para verter contribuições à CASSI. Há 20 anos a nossa contribuição é de 3% e a do Banco 4,5%. No entanto, nossos salários nunca acompanharam a inflação médica e muito menos as inovações da medicina que trouxeram novos exames, novos procedimentos, novos medicamentos e tudo isso também aumentou o custo saúde.

É muito complicado estabelecer qualquer comparação de Planos de Saúde com a CASSI. Somos o maior plano de autogestão. Atendemos um público de certa forma uniforme: todos são funcionários e afins. A CASSI tem a responsabilidade de atender 1.039.009 vidas! Só no Plano Associados somos: 836.670 pessoas de todas idades. No que diz respeito ao CASSI Família, é importante destacar que o Plano permite reajustes das mensalidades, que visam restabelecer, anualmente, o equilíbrio atuarial entre a receita e as despesas para oferecer a assistência contratada. Em 2014, houve um aumento de 12,7% da despesa, contra um aumento de 16,8% na receita do Plano. Os números demonstraram que as despesas médicas mais as despesas administrativas cresceram de 2007 a 2014 a uma taxa média anual de 11,93% e as receitas com contribuições cresceram na mesma proporção do aumento das folhas de pagamentos do BB e

da PREVI, ou seja, a uma taxa média anual de 8,75%.

Calculamos então qual seria a contribuição necessária, mantida as mesmas condições, para assegurar a sustentabilidade e ainda formar alguma reserva. Desde 1996, a proporção contributiva entre os funcionários e o Banco do Brasil é de 1 para 1,5, respectivamente. Ou seja, para cada real contribuído pelos funcionários para a CASSI, o Banco do Brasil contribui com uma vez e meia esse valor. Assim, os funcionários contribuem com 3% de sua remuneração bruta, mensalmente, e o Banco do Brasil contribui com 4,5% da folha de pagamento de funcionários da

“Não tenho nenhum constrangimento em apontar a necessidade de revermos os percentuais de contribuições, tanto nossas quanto as do BB”.

ativa, aposentados e pensionistas, perfazem do um total de 7,5%%. Calculamos que o necessário, até 2023 seria, de nossa parte 4,6% e da parte do Banco 6,9%, totalizando 11,5. No entanto, qualquer proposta de elevação de contribuições somente terá sentido se for precedida de uma Auditoria Externa que identifique os ralos e acerte os rumos da gestão CASSI.

Não tenho nenhum constrangimento em apontar a necessidade de revermos os percentuais de contribuições, tanto nossas quanto às do BB. Mas não basta aumentar

as contribuições. É preciso estender a Estratégia Saúde na Família para 100% dos participantes. A CASSI encerrou o ano de 2014 com 168.182 participantes cadastrados na Estratégia Saúde da Família. Esses são acompanhados pelas equipes de saúde das 65 CliniCASSI do País. Esses Serviços Próprios servem como referência para as necessidades em saúde dos participantes, fazem o monitoramento das condições de saúde, promovem o cuidado e incentivam as ações de promoção à saúde e prevenção de doenças. Prevenir doenças e evitar o agravamento das doenças são vitais para diminuir as despesas da CASSI.

Mas também tenho absoluta convicção de que a solidariedade é o regime que permite a todos os funcionários do BB (da ativa ou aposentados) e pensionistas garantir a atenção integral à saúde para toda a sua família, independentemente da sua faixa salarial. Nos demais regimes, só se garante a inclusão no plano até o limite que sua renda permitir.

A solidariedade permite que se mantenha a lógica que norteou a fundação da CASSI por colegas antigos que se preocuparam com os colegas mais novos e os que ainda viriam no futuro.

Ao lado do companheiro Ruy Brito vivi e acompanhei toda a história pregressa tanto de CASSI quanto de PREVI e sei das inúmeras iniciativas que tomamos para sanar os imensos prejuízos que as reformas estatutárias da CASSI em 1996 e da PREVI em 1997 trouxeram para aposentados e pensionistas e para as próprias Caixas. Nenhuma iniciativa plausível que foi sugerida ao longo de todos esses anos deixou de ser tomada pela FAABB e/ou suas filiais. Foram representações ao Ministério Público, Ações Cíveis Públicas, denúncias ao Congresso, a SPC e até denúncias a organismos internacionais.

A CASSI a partir de 2016 terá novo Diretor e novos conselheiros. Todos eles, de todas as chapas concorrentes, sabem dos imensos desafios que a CASSI oferece. Gerir saúde não é tarefa para apenas os eleitos. Será necessário o comprometimento dos indicados pelo Banco e da efetiva participação de cada um de nós.

Radiografia da PREVI

Relato de Adai Rosemback

Williams Francisco da Silva, inicialmente, declarou que suas palavras eram proferidas como palestrante e associado e não como representante da PREVI, porque este papel cabe ao Presidente da entidade. Agradeceu e ressaltou o trabalho de outros companheiros dentro da PREVI, entre eles Odali Dias Cardoso, atual Presidente do COFIS, e Antonio Carvalho, Conselheiro Deliberativo. Destacou o esforço de modernização da PREVI na área de TI – Tecnologia de Informação, que vem sendo implementado pela Diretora de Administração, Cecília Garcez. Disse que essa modernização, junto com outros projetos para alcançar maior eficiência operacional, pode contribuir para a racionalização de procedimentos e inclusive para redução de dispêndios administrativos, mas que isso se fará sem estresses, pois haverá um ciclo de aposentadorias que pode permitir ajustes sem traumas ou conflitos internos. A modernização tecnológica é vital para que a PREVI siga avançando em termos de otimização de estruturas e processos.

Investimentos

Destacou Williams avanços que vêm sendo obtidos na gestão de investimentos, através de aperfeiçoamentos na Política própria e implementa de Ação de modernas e robustas ferramentas de ALM – Gestão de Ativos e Passivos e frisou que a Diretoria de Planejamento, que tem à frente o Diretor Décio Bottechia, tem evoluído muitíssimo e isto se refletirá cada vez mais na melhor gestão do nosso patrimônio coletivo. Analisou o momento adverso que a PREVI atravessa, e que tem sido explicitado nas demonstrações contábeis e financeiras, além de apresentações institucionais, e reconheceu que entidade passa por uma conjuntura negativa momentânea, devido principalmente aos investimentos em renda variável, pois o mercado bursátil tem passado por várias dificuldades. Aportou que o cenário econômico brasileiro e a crise política nacional, junto com externalidades negativas advindas do exterior,

entre outros, traz desafios vigorosos e exige extremo profissionalismo no trato dos nossos Valores da PREVI como a bússola para a gestão e o norte para os associados exigirem, de forma qualificada, atitudes e práticas de parte dos dirigentes e conselheiros. Também destacou que o Controle Social é mais que um direito, é um dever de sua majestade o Corpo Social, que é a razão de existir da PREVI.

Novos Horizontes

Williams apontou que, sim existem riscos e cenários negativos no horizonte, mas também existem oportunidades de melhorias, as quais a crise pode fazer acelerar. É preciso que sejam implementadas

Entende legítimo o anseio do Corpo Social por mais e melhores informações, e que o processo de comunicação e prestação de contas tem que permanentemente ser aperfeiçoado.

urgentes medidas para reverter os déficits consecutivos (que, só em 2014/2015, consumiram R\$ 40 milhões). Corpo técnico qualificado a PREVI tem, afirmou o palestrante. “Portanto há que se adotar medidas firmes e aproveitar as competências do quadro de profissionais, para se fazer do limão uma limonada.” Mencionou que a CPI dos Fundos de Pensão, ao longo dos 112 anos de história, e que a CPI, dentro do período de abrangência de suas análises, terminou por confirmar o bom nível de governança e a qualidade do corpo técnico da entidade,

se bem tenham existido recomendações pontuais que merecerão o devido exame e monitoramento pelo palestrante, em suas funções de Conselheiro Fiscal. Lembrou Williams que, no COFIS, o trabalho é vigilante e sumamente técnico, e que tanto eleitos quanto indicados trabalham diligentemente, sempre em busca de proteger a entidade e seu Corpo Social. Assegurou que dentro do que pôde examinar, desde que foi empossado como Conselheiro Fiscal, foi zelo profissional e boa técnica. Ressaltou, porém, que grande parte dos investimentos e participações que a PREVI possui são oriundos de décadas atrás e que, por isso pretende ampliar seus estudos e avaliações sobre os casos mais expressivos.

Maior Informação

Entende legítimo o anseio do Corpo Social por mais e melhores informações, e que o processo de comunicação e prestação de contas tem que permanentemente ser aperfeiçoado. Lembrou que isso é um direito de cada uma das pessoas que a m aos demonstrativos e relatórios da PREVI, incluindo a mensagem e o parecer do Conselho Fiscal, que apontam pendências relevantes (Teto de Benefícios, Remuneração Variável e Demandas Trabalhistas originadas no Patrocinador) e cujo acesso a seu inteiro teor esta franqueado inclusive via sítio web da entidade. Confessou acreditar na capacidade do Brasil e da PREVI de se recuperarem. E anexou reflexões importantes sobre: 1) a necessidade de coesão de objetivos entre associados, participantes, assistidos e pensionistas; e 2) pediu atenção para o fato de ocorrerem eleições durante o ano, e que esta é uma oportunidade sem igual para reequilibrar forças na gestão da PREVI, por meio de dirigentes e conselheiros eleitos efetivamente independentes e coerentes com as demandas do Corpo Social.

Finalmente, sugeriu também que as diversas associações representativas do corpo funcional do BB deveriam buscar compor uma agenda comum, para auxiliar nos rumos da PREVI, assim como exigir a responsabilização de administradores e conselheiros que comprovadamente falhem no cumprimento de seus deveres profissionais, sempre na forma da lei e regulamentos.

Planos de Benefícios Fechados: agressivos ou conservadores?

Mario Simões Tavares

A PREVI, instituição que já tem 111 anos de existência, possui basicamente dois Planos de Benefícios de Aposentadorias para os seus associados: o Plano I, que apresentou patrimônio de R\$ 146 bilhões em 2015, e o Plano Previ Futuro, que apresentou patrimônio de R\$ 6,6 bilhões nesse mesmo ano. Por ser muito mais representativo e encontrar-se em situação deficitária, a presente análise vai se concentrar no Plano I, visto que ele apresentou déficit técnico no exercício de 2015 no montante de R\$ 28,6 bilhões. Assim, o superávit acumulado, que existia no final de 2014 no montante de R\$ 12,5 bilhões, transformou-se em déficit acumulado de R\$ 16,1 bilhões, em 2015. Destaque-se que o Plano I já vinha registrando déficit técnico anualizado desde 2013, sendo que o déficit desse ano foi de R\$ 2,5 bilhões, o de 2014 foi de R\$ 12,2 bilhões e agora o de 2015 atingiu R\$ 28,6 bilhões. Assim, o déficit técnico anualizado desses três períodos atingiu o expressivo montante de R\$ 43,3 bilhões, recursos esses que faziam parte das reservas destinadas à cobertura das atuais e futuras aposentadorias desse Plano.

Cumprir destacar que as provisões atuariais, recursos que o Plano I deveria ter para honrar as aposentadorias atuais e futuras, cresceu 50% nos últimos 6 anos e os ativos líquidos, recursos que o Plano I tem para honrar os seus compromissos com os associados, diminuiu em 10% nesse mesmo período.

Crescimento x Redução

Essa combinação de crescimento das responsabilidades atuariais em 50% e redução dos ativos líquidos em 10% nos últimos seis anos, associado à perda de valor dos ativos em R\$ 43,3 bilhões só nos últimos três anos, evidenciam que a situação deficitária do Plano I é estrutural e não conjuntural como a PREVI vem apregoando. Um dos maiores responsá-

veis por essa situação é a concentração média nos últimos anos em cerca de 60% dos investimentos do Plano I em renda variável, que são voláteis e de altíssimo risco, principalmente em uma economia instável como a nossa. Outro aspecto a ser considerado é a baixa rentabilidade apresentada em investimentos realizados nos últimos anos, como os investimentos estruturados, small caps, empresas emergentes, muitos dos quais realizados de forma terceirizada através de administradoras de recursos financeiros. Destaque-se que os investimentos em renda variável e os investimentos estruturados apresentaram rentabilidade negativa de 18% em 2015, sendo esses os principais fatores para o déficit apresentado de R\$ 28,6 bilhões em 2015. Esse desempenho deficitário e o nível de risco observado são incompatíveis com o que se espera da gestão de um Plano de Benefícios maduro e fechado, como é o Plano I.

Plano Conservador ou Agressivo

Analisando-se os limites de investimentos estabelecidos na Norma 3792 do Conselho Monetário Nacional, considera-se como conservadora a admissão de até 100% dos investimentos em ativos de renda fixa ou agressiva quando admite até 70% de investimentos em ativos de renda variável. Assim cabe a cada Plano de Benefícios estabelecer o seu nível de apetite ao risco. Nesses termos, a política de investimentos do Plano I é agressiva ao estabelecer para o ano de 2015 limites de investimentos em renda variável de 53% a 61%, e esse risco é agravado, pois essa política limita os investimentos em renda fixa, normalmente de menor risco, em apenas 27% a 35% dos seus investimentos. Essa política é mais um exemplo da incoerência da gestão de um Plano maduro e fechado, que deveria ter um apetite ao risco conservador e não agressivo, como ocorre atualmente. O Plano I não admite novos

associados desde 1998. Atualmente há cerca de 115.000 associados, sendo que apenas 19.000 deles, representando 16% do total, estão na ativa. Assim, há cerca de 96.000 aposentados ou pensionistas recebendo benefícios, correspondendo a 84% do total. Os pagamentos desses benefícios atingiram o expressivo montante de R\$ 9,4 bilhões no ano de 2015, evidenciando a necessidade de os investimentos serem devidamente rentabilizados para honrar esse expressivo compromisso. Considerando que a situação deficitária do Plano I é estrutural, torna-se necessário analisar, inclusive, os critérios de concessão de benefícios aos associados, que contribuem muito para o nível de compromissos que esse Plano tem de honrar no decorrer dos anos futuros. Nesse sentido, ao analisar esses critérios, encontramos alguns aspectos que podem ser considerados como muito liberais no cenário atual, tais como:

- Não há teto de benefícios
- Aposentadoria é estabelecida com base em 90% da média corrigida dos últimos 3 anos
- Benefício é integral para quem tem 30 anos de contribuições e proporcional para os que têm a partir de 15 anos de contribuições
- Não há restrições para inclusão de novos dependentes, após a concessão da aposentadoria

Assim, os critérios de concessão de benefícios, no atual cenário, são mais um exemplo de falta de conservadorismo na gestão de um Plano maduro e fechado.

Resumindo a análise apresentada, e como um dos objetivos do Simpósio é identificar os problemas existentes, listamos abaixo as situações mais problemáticas que identificamos no Plano I, a saber:

- Déficit acumulado de R\$ 16,1 bi, correspondendo a 12% das provisões atuariais
- Política de investimentos incompatível com um Plano de Benefícios fechado e maduro

- Concentração de investimentos em ativos de alto risco (Renda Variável)
- Investimentos realizados em segmentos que não deram o resultado esperado (FIPs, small caps, empresas emergentes e outros)
- Política liberal de concessão de benefícios

Conclusões

Assim como - também esperado pelo Simpósio - não podemos deixar de apresentar soluções para esses problemas, que não são pequenos e nem fáceis de serem equacionados, necessitando - mais do que simples sugestões - de um Plano de Ação que abranja a gestão dos ativos, do passivo atuarial e as despesas administrativas, entendemos que dele deveriam constar medidas como as abaixo listadas, que já vêm sendo veiculadas há tempos por diversos intervenientes interessados em contribuir para a redução dos riscos e tornar o Plano I mais sustentável, forte e seguro: a saber:

Plano de Ação:

Gestão do Passivo Atuarial - Propostas:

- Implantar teto de benefícios
 - Restringir a inclusão de novos dependentes após a concessão da aposentadoria
 - Aumentar o período para o cálculo da média do benefício da aposentadoria
- Gestão dos Ativos – Propostas
- Reduzir gradativamente a concentração de investimentos em Renda Variável
 - Reduzir os investimentos em empresas deficitárias ou que apresentem baixa rentabilidade
 - Reduzir/proibir os investimentos estruturados (FIPs)
 - Reduzir a quantidade de empresas e os investimentos realizados em empresas terceirizadas, com exceção das ligadas ao BB
 - Reduzir os investimentos não compatíveis com um Fundo de Pensão fechado e maduro como: os estruturados, empresas emergentes, small caps, fundos imobiliários, entre outros
 - Reduzir os investimentos em empresas que não possuam cotações de suas ações em bolsas de valores

Gestão das Despesas Administrativas – Propostas

- Vincular o pagamento da remuneração variável, ou parte dela, à existência de superávit acumulado
- Contingenciar em pelo menos 10% o orçamento das despesas administrativas
- Estabelecer em no máximo 3% a taxa de carregamento sobre as contribuições

Conclusão

Considerando a situação deficitária do

Plano I, é urgente a adoção de medidas estruturantes e coordenadas que visem a reduzir riscos, rentabilizar investimentos, gerir o passivo atuarial e reduzir despesas administrativas, de tal forma que o déficit ora existente seja equacionado sem a necessidade de aportes adicionais por parte do Patrocinador e dos seus associados, o que pode vir a ocorrer muito antes do que se imagina.

Ecos do Simpósio

À falta do inteiro teor de pronunciamentos de alguns palestrantes, destacamos registros importantes oferecidos nessas apresentações: O Diretor-Superintendente da PREVI, José Ferreira enfocou o Contexto do Sistema Fechado de Previdência Complementar, detalhou aspectos do papel da PREVIC, citou resultados preliminares dos Planos de Previdência para 2015 e forneceu diagnóstico da situação atual, bem como medidas em curso. O Diretor da

FUNCEF, Antonio Augusto de Souza, com base em trabalho da FIDEP, falou sobre Fragilidades e Aprimoramentos nos Fundos de Pensão. Abordou, comparativamente, os resultados em 2014 de vários Fundos, Desafios e Propostas de Governança, Desafios e Propostas de Supervisão, Desafios e Propostas de Solvência, Desafios e Propostas de Investimento. O Presidente da ADCAP – Nacional, Luiz Alberto Barreto, fez da situação do POSTÁLIS o seu tema.

Conheça a CAPEC

O Pecúlio da CAPEC é um benefício previdenciário de pagamento único. Funciona por meio de repartição simples, ou seja, as contribuições formam uma reserva comum ao grupo que garantirá o pagamento das indenizações daquele ano, sem acumulação. Por este sistema de rateio, é possível garantir um preço baixo e atrativo, permitindo que o valor dessas contribuições varie de acordo com a faixa etária do associado.

A CAPEC não tem vínculo com outros planos de benefício da PREVI, mantendo-se por meio de contribuições exclusivas dos associados, sem recursos do

Banco do Brasil.

Seu novo regulamento criou as modalidades Júnior, Pleno, Sênior e Master para os pecúlios Invalidez e Especial/Mantenção, que estão valendo desde o princípio de junho/2014 e têm os mesmos valores de benefício dos Pecúlios por Morte, de modo que cada um tenha a opção de escolher o valor da mensalidade e do pecúlio que melhor se ajuste ao seu orçamento. As novas opções podem ser contratadas por todos os funcionários do BB e pelos participantes do Plano I e do PREVI Futuro, que não tenham completado 56 anos.

Fundos de Pensão no Simpósio da AAPBB

Antonio José de Carvalho

Nos dias 12 e 13 de abril de 2016, a AAPBB - Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil promoveu um simpósio sobre Fundos de Pensão e Plano de Saúde. A abertura foi feita por Ruy Brito, um grande conhecedor de Previdência.

Para falar e debater sobre Previdência, participei juntamente com o Conselheiro Fiscal da PREVI, Williams Francisco, o Presidente do Conselho Fiscal da PETROS, o Diretor de Administração da FUNCEF, o Presidente da associação do POSTÁLIS e o Diretor Superintendente da PREVIC, onde se mostrou a realidade dos Fundos de Pensão no Brasil. Sem representar a PREVI, em meu nome pessoal, expus e debati os seguintes assuntos:

1) - Desempenho dos Fundos de Pensão, destacando a PREVI, FUNCEF e PETROS;
2) - Especificamente sobre o Plano I da PREVI, abordei:

A) - Quantidade de participantes, valor do patrimônio, perfil e política dos investimentos e rentabilidade nos últimos 15 anos.

B) - O déficit do ano de 2015 foi de R\$ 28,6 bilhões, mas, como havia reserva de R\$ 12,5 em 2014 o déficit acumulado ficou em R\$ 16,1 bilhões, desequilibrando o plano I, e que em 2017, R\$ 2,9 bilhões poderão ser equalizados (BB e Participantes) R\$ 2,90 bilhões em 18 anos, a depender do resultado de 2016. O déficit no ano de 2014 foi de R\$ 12,2 bilhões, mas como havia reservas acumuladas restou um superávit acumulado de R\$ 12,5 bilhões. Destaquei que essas oscilações decorrem da concentração em renda variável. Note-se que a PREVI registrou déficits em vários exercícios nos últimos 15 anos. Déficits acumulados em 2001 e 2002 e superávits acumulados de 2003 a 2014.

Enfatizei que o maior déficit da PREVI foi em 2008, (R\$ 26,6 bilhões), atua-

lizado para 2015 em R\$ 40,4 bilhões. Não houve alarde na época porque, em 2007, a PREVI apresentou reservas acumuladas de R\$ 52,9 bilhões, que hoje seriam R\$ 80,4 bilhões e resultou num superávit acumulado de R\$ 26,3 bilhões, que hoje seria R\$ 39,9 bilhões;

C) - A PREVI pagou R\$ 9,4 bilhões de benefícios em 2015. As principais receitas foram venda de R\$ 3,8 bilhões em ações, R\$ 2,7 bilhões de renda fixa e recebimento de R\$ 2 bilhões de dividendos.

D) - Em 2015, houve redução de R\$ 16

“Neste sentido, devemos ficar atentos e nos mobilizar junto as duas casas legislativas para convergir o que existe de positivo nos dois projetos”.

milhões de despesas. Estamos investindo em tecnologia. A partir de 2016 e no médio prazo, as reduções de despesas serão maiores.

E) - Apesar da Governança da PREVI ser boa, ainda precisa melhorar, em particular na apresentação de informações tempestivas e claras. Tem evoluído, mas continuo insistindo para divulgação de tudo que não revele estratégias negociais.

F) - Mais uma vez, informei que, em maio de 2015, aprovamos a desvinculação do salário dos Diretores da PREVI do salário dos Diretores do Banco, criando regras para eventual pagamento de remuneração variável. Tivessem sido adotadas estas regras antes, dificilmente teriam sido pagos

alguns valores de remuneração variável e muito menos PLR de 6 salários, acrescidos de mais 6 salários de bônus. Em junho de 2015, as regras aprovadas em maio foram ajustadas, com o meu voto contrário. Em setembro de 2015, foi adiada a implantação das regras e autorizado o pagamento de 6 salários de PLR aos Diretores, com o meu voto contrário. Lembrei que Conselheiros não recebem remuneração variável, PLR e muito menos bônus.

G) - Sobre o Teto de Benefício para dirigentes estatutários aprovado em 2008 - ainda não implantado e de amplo conhecimento público - informei que, no âmbito da PREVIC, o assunto foi arquivado, mas que, no Conselho da PREVI, não foi alterado, nem cancelado e muito menos anuímos com o cancelamento junto à PREVIC. Nas apresentações, o Presidente da PREVI informa que na Diretoria foi aprovado um TETO, com divergências, e que está sendo elaborado um parecer jurídico externo. Disse que até junho o assunto seria resolvido. Em reunião do dia 11 de abril, o Conselho da ANABB determinou à Diretoria a elaboração de parecer jurídico de advogado renomado, que nunca prestou serviços à PREVI e ao Banco. Externei meu entendimento de que caberia à PREVIC, uma vez cancelado o TAC - Termo de Ajuste de Conduta - fazer cumprir sua decisão de 05/06/2013, que determinou a implantação do TETO, retroativo a 2008. Acrescentei que protocolarei na PREVIC uma carta neste sentido.

3) - Informei que sou contra o Projeto de Lei 388 do Senado, já encaminhado à Câmara dos Deputados para alterar as Leis 108 e 109/2001, no que trata de nomeação de dirigentes dos fundos de pensão sem votação dos associados. É um retrocesso. Sabemos que outro projeto de Lei será apresentado na Câmara, decorrente da CPI dos Fundos de Pensão. Neste sentido, devemos ficar atentos e nos mobilizar junto às duas casas legislativas para convergir o que existe de positivo nos dois projetos. Finalmente, informei que já estamos trabalhando para que: não seja permitido alterar o ESTATUTO DA PREVI e Regulamentos com o uso do voto de minerva; e garantir a participação de associados do Plano I na gestão da PREVI (Diretoria e Conselhos).

Cassi

Reembolso da Anestesia

Você, participante da CASSI e residente do Rio de Janeiro, sabia que em caso de cirurgia, pode ter o reembolso integral da anestesia? Desde de 2011 encontra-se em vigor a Resolução Normativa 259 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, cujo objetivo principal é garantir que o beneficiário tenha acesso a tudo o que contratou e também estimular as operadoras de planos de saúde a promover o credenciamento de prestadores de serviços nos municípios que fazem parte de sua área de cobertura. Caso o plano de saúde não cubra algum dos serviços ou procedimentos, terá que arcar com as despesas do convênio ou direcioná-lo para uma prestadora de serviço no município. Como a CASSI não possui anestesistas credenciados no Rio de Janeiro, o participante pode solicitar o ressarcimento integral do valor pago. Para garantir o reembolso de 100% da anestesia, basta entrar em contato com a central da CASSI, com antecedência, e informar que irá realizar um procedimento cirúrgico com anestesista e necessita da garantia de atendimento. Esse contato irá gerar um protocolo, que deve ser anexado em conjunto com o recibo de pagamento do anestesista.

Programa de Assistência Social

O PAS é um atendimento que contempla as seguintes situações:

- a) Tratamento Odontológico;
- b) Aquisição de óculos e lentes de contato;
- c) Funeral de Dependente Econômico;
- d) Glosas da CASSI;
- e) Tratamento Psicoterápico.

No caso de funcionário aposentado ou pensionista, ele deverá se reportar a sua agência do BB de relacionamento, munido com a documentação necessária para cada caso e preenchendo o requerimento. Por precaução, o correntista deverá sempre tirar xerox de toda documentação entregue.

Saúde

Como se ter um infarto

Dr. Ernesto Artur – Cardiologista

Quando publiquei estes conselhos em meu site, recebi uma enxurrada de e-mails, até mesmo do exterior, dizendo que isto lhes servia de alerta, pois muitos estavam adotando esse tipo de vida, inconscientemente.

Vamos a eles:

Aprenda a ter um infarto. É muito simples. Eis 12 conselhos para se ter um infarto feliz.

- 1) Cuide de seu trabalho antes de tudo. As necessidades pessoais e familiares são secundárias.
- 2) Trabalhe aos sábados o dia inteiro e, se puder, também aos domingos.
- 3) Se não puder permanecer no escritório à noite, leve trabalho para casa e trabalhe até tarde.
- 4) Ao invés de dizer não, diga sempre sim a tudo que lhe solicitarem.
- 5) Procure fazer parte de todas as comissões, comitês, diretorias, conselhos e aceite todos os convites para conferências, seminários, encontros, reuniões, simpósios etc.

6) Não se dê ao luxo de um café da manhã ou uma refeição tranquila. Pelo contrário, fechar negócios ou fazer reuniões importantes.

7) Não perca tempo fazendo ginástica, nadando, pescando, jogando bola ou tênis. Afinal, tempo é dinheiro.

8) Nunca tire férias, você não precisa disso. Lembre-se que você é de ferro.

9) Centralize todo o trabalho em você, controle e examine tudo para ver se nada está errado. Delegar é pura bobagem; é tudo com você mesmo.

10) Se sentir que está perdendo o ritmo, o fôlego e pintar aquela dor de estômago, tome logo estimulantes, energéticos e antiácidos. Eles vão deixá-lo tinindo.

11) Se tiver dificuldades em dormir, não perca tempo; tome calmantes e sedativos de todos os tipos. Agem rápido e são baratos.

12) E, por último, o mais importante: não se permita ter momentos de oração, meditação, audição de boa música e reflexão

sobre a vida. Isto é para crédulos e todos sensíveis. Repita para você: Eu não perco tempo com bobagens...

Os Ataques de Coração

Uma nota importantes sobre os ataques cardíacos

Há outros sintomas de ataques cardíacos, além da dor no braço esquerdo. Há também, como sintomas vulgares, uma dor intensa no queixo, assim como náuseas e suores abundantes. Pode-se não sentir nunca uma primeira dor no peito, durante um ataque cardíaco. Sessenta por cento das pessoas que tiveram ataque cardíaco, enquanto dormiam, não se levantaram. Mas a dor no peito pode acordá-lo de um sono profundo. Se assim for, dissolva, imediatamente, duas Aspirinas na boca e engula-as com um bocadinho de água. Ligue para Emergência (192, 193 ou 190) e diga "ataque cardíaco" e que tomou duas aspirinas. Sente-se numa cadeira ou sofá e force uma tosse, sim forçar a tosse pois ela fará o coração pegar no tranco; tussa de dois em dois segundos, até chegar o socorro. **NÃO SE DEITE.**

Um cardiologista disse que, se cada pessoa que conhecer este texto o enviar a dez pessoas, pode ter a certeza de que se salvará pelo menos uma vida. **REPASSE. NÃO DOI NADA!**

Conselho de Usuários

Atendendo à convocação de seu Coordenador, Douglas Leonardo, o Conselho de Usuários (RJ), reuniu-se em 15/06/2016, na sede da AAPBB (Av. Rio Branco 185/611), às 15h, para reunião ordinária de junho/2016. Registramos a presença da Gerente Regional da CASSI, Adriana Franck Sarmento e de várias lideranças, além de grande parte dos conselheiros indicados para o biênio 2016/2017. Assuntos importantes foram debatidos, com resultados positivos para o Colegiado.

Nossos Visitadores

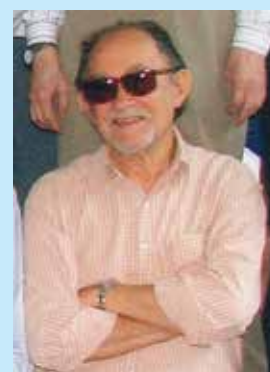
Levantamento realizado por Marta Mendonça, secretária do Grupo de Visitadores de nossa Associação, demonstra que foram realizadas no Hospital São Vicente de Paulo, no período de janeiro a junho de 2016, 40 visitas a colegas que lá estavam internados. Nosso Vice-Presidente Douglas Leonardo, já está iniciando contatos em busca de novos colegas generosos e dispostos não só a ajudar ao próximo, mas também a proporcionar à CASSI um retorno da assistência oferecida.

SITE – Relatório de Acessos

De acordo com Relatório de Tráfego da empresa Localweb, que hospeda o site da AAPBB, no intervalo de 01/02/2016 a 07/07/2016, foram fornecidas as seguintes informações: Média de sessões por dia – 209; Média de impressões de página por dia – 612; Média de hits por dia – 1.776; Média de bytes transferidos por dia – 40. Consulte nosso site para saber o que acontece na PREVI e CASSI, bem como sobre a atuação de nossa associação.

José Correia Ribeiro

Registramos, com pesar, o falecimento do amigo José Correia Ribeiro. Participativo e com sólidas convicções, nas reuniões da AAPBB ele não deixava de apresentar seu ponto-de-vista, que defendia com brilho e apoio em sólidos argumentos. Não obstante a ênfase com que defendia suas posições, jamais, quando derrotado, revelava rancor ou ressentimento, porque seu objetivo era sempre o melhor para a Associação. Este era o Ribeirão ou Ribeirinho – para os mais íntimos. De sua trajetória no Banco do Brasil, reproduzimos que ele tomou posse em 1953, trabalhou em algumas Agências, vindo para a Direção Geral em 1980. Atuou em vários setores da DICEX até 1987, quando se aposentou. Na AAPBB, foi Vice-Presidente Adjunto de Assuntos Assistenciais, por longo período, e Assessor da Presidência, no mandato do Presidente Carlos Trigueiro. Nos últimos anos, manteve presença intensa e de forma significativa nas redes sociais, onde prestigiou e participou de movimentos em defesa do funcionalismo do BB. Em breve relato, eis o amigo que perdemos. Só nos resta lamentar seu passamento e apresentar à família enlutada nossas condolências.



Expediente

Obituário

É com pesar que comunicamos ao Quadro Social o falecimento dos associados: Cirly do Vabo Pereira, Ery Gonçalves Pereira, Antonio Franco, Waldir Nilton Coutinho Cid, Rubem Plácido Teixeira, Nilza Mascarenhas de F. Bastos, Marie Jeanne Leite Rios, Lázara Rabelo de Araújo, Thais Studart da Fonseca e Borges, Ivando Barreto de Faria, Joel Pinto, Paulo Cristian Mainhard, Saloa Therezinha Muraci dos Santos, Arlinda Freitas Rebello da Silva, Dilma de Lourdes Botelho Ferreira, Kleber Bessa Gonçalves e José Custodio Cordeiro Neto. Aos familiares, nossas sinceras condolências.

Diretoria

Raymundo Gonçalves da Motta

Presidente de Honra

Ruy Brito de Oliveira Pedroza

Presidente

Carlos Antonio Neves Bezerra

VP Administrativo

Mario Magalhães de Sousa

VP Adjunto Administrativo

Cid Mauricio Medina Coeli

VP Financeiro

Celso de Medeiros Drummond

VP Assuntos Assistenciais

Douglas Leonardo Gomes

VP Atividades Sociais

Paulo César Aragão

VP Adjunto Atividades Sociais

Marcos Coimbra

VP de Desenvolvimento

João Carlos Pereira do Lago Neto

VP Adjunto de Desenvolvimento

Conselho Fiscal

Luiz Gonzaga Burza, Alcides Lustosa Prazeres e Rubem de Cassia Venancio.

Redatores:

Raymundo Gonçalves da Motta, José Adrião de Souza, Ruy Brito de Oliveira, Edgardo Amorim Rego, João Gomes André, Celso de Medeiros Drummond, Douglas Leonardo Gomes, Marcos Coimbra, Carlos Antonio Neves Bezerra e João Carlos Pereira do Lago Neto.

Projeto gráfico/editação:

Luiz Fernando Motta

Impressão:

LL Divulgação Editora Cultural Ltda
Tel: 21 2714-8896

Viva sem preocupações. Viva MegaVida.

PREÇOS COMPETITIVOS CONTRATAÇÃO ATÉ 85 ANOS

MegaVida é o seguro de Vida exclusivo para os associados da AAPBB, seus cônjuges, pais, filhos e netos. Podem associar-se a AAPBB os Aposentados, Pensionistas ou funcionários em atividade do BB, PREVI e CASSI. O **MegaVida** foi desenvolvido com maiores vantagens, contribuindo para a melhor qualidade de vida da família, confira:

DOENÇAS GRAVES

É uma cobertura que o MegaVida possui na contratação do Plano Total. Em decorrência do diagnóstico de alguma das doenças abaixo, no período de vigência da apólice, essa cobertura possibilita que o segurado receba em vida o capital segurado contratado para essa garantia.

Câncer Metastático; Infarto Agudo do Miocárdio (IAM); Acidente Vascular Cerebral – Derrame (AVC); Falência do Rim (Insuficiência Renal Crônica); Transplante de órgão Vital; Perda de 80% ou mais da visão bilateralmente; Mal de Alzheimer; Esclerose Múltipla; Doença de Parkinson.

SEGUNDA OPINIÃO MÉDICA INTERNACIONAL

Sem nenhum custo adicional, coloca ao seu alcance, especialistas dos maiores e melhores centros de excelência médica mundiais. Duke University Health System; Leon Levine Science Research Center; Medical Sciences Research Building; Massachusetts General Hospital; Brigham & Women's Hospital; Dana-Farber CancerCare; UCLA Healthcare – University of California Los Angeles; UCLA Medical Center; Santa Monica - UCLA Medical Center ; Stewart and Lynda Resnick Neuropsychiatric Hospital; Mattel Children's Hospital; UCLA Medical Group.

COBERTURAS

Existem três opções de planos que o segurado poderá optar:

Plano Total: Coberturas de Morte; Indenização Adicional por Morte Acidental (IEA); Invalidez Permanente por Acidente (IPA) e Doenças Graves (DG).

Plano Especial: Coberturas de Morte; Indenização Adicional por Morte Acidental (IEA) e Invalidez Permanente por Acidente (IPA).

Plano Básico: Coberturas de Morte e Invalidez Permanente por Acidente (IPA).

O MegaVida possui amplos valores de coberturas para todas as faixas etárias



SORTEIOS

Com o MegaVida você tem 4 chances por mês a um prêmio de R\$ 15.000,00 (sorteios pela Loteria Federal)

ASSISTÊNCIA FUNERAL

Sem nenhum custo adicional, será concedido o benefício de Serviço de Assistência Funeral, limitado em R\$ 5.000,00

Este material possui apenas uma breve descrição do produto. Consulte as Condições Gerais do Seguro no site www.aapbb.org.br. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. (art. 96 da circular SUSEP 302/05). A Aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

Demais condições de contratação e detalhamento das coberturas contratadas estão disponíveis nas condições gerais do Seguro de Vida Itaú, registrado na SUSEP sob o número 10.004985/99-18

Ligue agora mesmo para (21) 2509-0601 ou acesse www.megavida.com.br e viva sem preocupações